

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO: UMA ARQUITETURA MOLDADA NA TRANSIÇÃO ENTRE NATUREZA E CIDADE¹

VIANA DO CASTELO MUNICIPAL LIBRARY: AN ARCHITECTURE MOLDED IN THE TRANSITION BETWEEN NATURE AND CITY

ALEXANDRE AUGUSTO MARTINS, MARIA AUGUSTA JUSTI PISANI

RESUMO

Esta pesquisa analisa como Álvaro Siza responde à encomenda para o projeto da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, em Portugal. Toma a própria obra como objeto de investigação e extrai, a partir dela, alguns elementos de análise fundamentados no método inferencial de Michael Baxandall. Explica o equacionamento de um projeto arquitetônico conformado pelo sítio de implantação em frente ribeirinha, situado em faixa de transição entre natureza e tecido urbano, e que até as benfeitorias implantadas pela iniciativa federal do “Programa Polis” esteve aquém de seu real potencial urbano e paisagístico. Reflete, nesse contexto, sobre a maneira pela qual o arquiteto articula e conjuga em sua obra tensões vindas de realidades tão diferentes. Ressalta a importância dada à interação edificação-entorno a partir da qual é concebida uma arquitetura de contornos perpendiculares e retilíneos, parcialmente elevada do solo e criticamente adaptada às realidades e às dinâmicas locais. Destaca, como resultado, tanto as diferentes possibilidades de apropriação do território geradas pela chegada do novo equipamento à cidade quanto a vontade do arquiteto em qualificar o habitat como uma realidade que define e que modela estruturas sociais, geográficas, culturais e humanas que, juntas, contribuem também para a construção da vida de cada um.

PALAVRAS-CHAVE: Álvaro Siza. Arquitetura. Paisagem. Projeto. Território.

ABSTRACT

This research analyses how Álvaro Siza responds to the commission for designing the Viana do Castelo Municipal Library, in Portugal. It takes the work itself as an object of investigation and extracts from it some elements of analysis based on Michael Baxandall's inferential method. It explains the equating of an architectural project conformed by a riverfront site, located in a long transition strip between nature and city, and that until the improvements implemented by the federal initiative “Programa Polis” [Polis Program] was below its real urban and landscape potential. In this context, it reflects on the way in which the architect articulates and conjugates the tensions coming from such different realities. It emphasizes the importance given to the building-environment interaction from which an architecture of perpendicular and rectilinear contours is conceived, partially elevated from the ground, coherently and critically adapted to circumstantial realities and dynamics. As a result, it highlights both the different possibilities of territorial appropriation generated by the arrival of a new equipment in the city and the architect's desire to qualify the habitat as a reality that defines and models social, geographical, cultural, and human structures that, together, contribute to the construction of everyone's life.

KEYWORDS: Álvaro Siza. Architecture. Landscape. Project. Territory.

INTRODUÇÃO

A PRAÇA DA Liberdade, espaço público no qual em 2008 é inaugurada a Biblioteca Municipal de Viana do Castelo (BMVC), projetada pelo arquiteto português Álvaro Siza Vieira, insere-se no “Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Programa Polis”. Lançado em 2000 pelo governo de Portugal em âmbito nacional, estão aqui contempladas ações urbanísticas e ambientais conjugadas e equacionadas de maneira a atender inicialmente um total de 28 cidades, além de 12 intervenções paralelas de menor porte, distribuídas de norte a sul do país.

Por intermédio desse plano, a parceria entre Estado e municípios cuida de regiões entendidas como estratégicas, mas que de algum modo ainda resistem a acompanhar integralmente o desempenho dos concelhos onde se localizam. Para tratar tais gargalos, o programa aposta em benfeitorias ambientais e/ou patrimoniais que, de uma parte, perseguem o desenho de um sistema urbano nacional coeso e coerente. De outra, promovem o crescimento consciente das cidades, a atuação espacial dinâmica e sustentável, o fortalecimento municipal, o aumento da competitividade local, a valorização da atratividade territorial e, com destaque, a melhoria da qualidade de vida das populações residente e flutuante.

Para Pestana, Pinto-Leite e Marques (2009), mais que fornecer respostas a todas as questões ambientais e/ou urbanísticas das cidades portuguesas, o Programa Polis defende um efeito permanente e comprobatório daquilo que de fato pode ser modificado nesses mesmos campos ambiental e urbanístico. Coloca-se, assim sendo, como elemento propulsor de um fenômeno de contaminação positiva das várias partes integrantes do tecido urbano. Consideradas exemplares para Correia *et al.* (2000), as iniciativas práticas adotadas pelo Polis trazem como objetivos específicos: (a) integrar extensas operações ambientais voltadas à requalificação urbana; (b) impulsionar práticas de recuperação e de revitalização de centros urbanos, não só promovendo suas respectivas multifuncionalidades, mas também reforçando seu histórico papel-chave para as regiões em que se inserem; (c) apoiar a restituição dos ambientes urbanos como um todo, além de lançar foco a elementos estruturantes latentes (como frentes ribeirinhas ou costeiras); e (d) apoiar a implantação e/ou o aprimoramento de áreas verdes e de circuitos pedonais, além de reconhecer a importância do pedestre ao estabelecer limites ao trânsito veicular em pontos estratégicos das cidades. Para levar a cabo essas realizações, é opção que o Programa Polis concentre “[...] em um número relativamente pequeno de cidades o investimento a realizar, dando assim dimensão às intervenções a desenvolver em cada núcleo, potenciando o seu efeito demonstrativo (PESTANA; PINTO-LEITE; MARQUES, 2009, p. 1761).

Em uma intenção mais participativa que compulsória, o Programa Polis se esforça para dialogar com as populações das cidades aderentes a ele, cons-

cientizando-as da relevância de suas propostas a curto, médio e longo prazos. De acordo com Torres, Silva e Silva (2004) e Pestana, Pinto-Leite e Marques (2009), dentre outras campanhas de comunicação direcionadas ao público em geral, destacam-se: disponibilização de postos oficiais e permanentes de informação; elaboração de ações diversas de sensibilização social (seja na produção e na distribuição de folhetos informativos, seja por levar ao ar *spots* radiofônicos frequentes); agendamento de reuniões comunitárias focadas no esclarecimento de dúvidas e na coleta de sugestões para o programa (sobretudo junto aos mais afetados pelos projetos); e criação de comissões participativas locais decorrentes do engajamento ativo de representantes escolhidos pelas próprias organizações formais ou informais, atribuindo a essas figuras a responsabilidade pelo monitoramento continuado dos trabalhos e pelo compartilhamento conjunto e simultâneo das atividades realizadas.

Para Queirós e Vale (2005), o modelo institucional do Programa Polis manifesta-se em seu caráter aglutinador, em parcerias entre Estado e autarquias locais em prol de objetivos comuns. Por não possuírem autoridade técnica de fato, essas associações atuam como esferas de decisão, de organização, de planejamento, de controle e de concretização do programa. Assim, a gestão das intervenções propriamente ditas fica a cargo de empresas especializadas. Por incumbência do Estado, a Parque EXPO'98, por exemplo – a partir da experiência adquirida na recomposição da zona oriental da capital de Portugal para receber a Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (EXPO'98) – responsabiliza-se tanto pela elaboração dos planos estratégicos de dezoito cidades, quanto pela operacionalização das intervenções em dez delas “Albufeira, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Costa de Caparica, Gaia, Leiria, Matosinhos, Viana do Castelo e Viseu” (PESTANA; PINTO-LEITE; MARQUES, 2009, p. 1767).

Sob o abrigo do “Programa Polis”, Viana do Castelo é o primeiro dentre todos os municípios portugueses a receber um conjunto de medidas especialmente destinadas a ele. Segundo explica a Câmara Municipal de Viana do Castelo (2020), para colocar em prática as ações de intervenção, a área de interesse total, de aproximadamente 157,0 hectares, é repartida em três zonas temáticas (Centro Histórico; Campo da Senhora Agonia + Frente Ribeirinha; e Parque da Cidade), cada qual dotada de suas próprias características e manobras de ataque. Essas intervenções atuam com apelo situacional, porém de perspectiva regional, afinal trata-se de uma só cidade que ao longo de todo o processo busca uma identidade urbana e ambiental final única e coesa (e que deve também se enquadrar às diretrizes propostas pelo programa em nível nacional).

Como explica Afonso (2008), o núcleo básico de atuações proposto pelo plano localiza-se a jusante da Ponte Eiffel e engloba melhoramentos em uma extensa parcela territorial defronte as margens do rio Lima. A partir daí, segue tanto em direção ao centro histórico da cidade quanto para localidades adjacentes a ele (Campo da Senhora Agonia e Zona do Mercado). Nessa vasta área

patrimonial de Viana do Castelo, trabalha-se a requalificação e a revalorização arquitetônica e espacial por meio da recuperação de edificações degradadas, da readequação de ruas e de passeios, do reordenamento do acesso e da permanência de veículos, do redesenho do sistema viário perimetral principal, da remodelação do mobiliário urbano, do realinhamento de rotas pedonais, além da implantação de uma extensa faixa verde pública que se desenrola paralelamente à linha d'água do rio Lima.

Já na montante da Ponte Eiffel, situam-se áreas de importância complementar, as quais tanto recebem benfeitorias no já delimitado “Parque da Cidade” quanto, finalmente (porque previsto anos antes no Plano de Urbanização da Cidade de 1991), a abertura de um parque linear urbano, o qual privilegia a gestão racional de recursos naturais e a proteção, o cuidado e a conservação dos sistemas ecológicos originais.

Como ações específicas, são também parte do pacote de estratégias previsto pelo Programa Polis para Viana do Castelo: abertura de uma ciclovia para unificar, na prática, quatro dos mais importantes referenciais locais: mar, rio, serra e centro histórico; inauguração de um núcleo de referência, pesquisa e monitoramento ambiental; introdução de políticas de incentivo à recuperação da propriedade imobiliária geral; e, com o passar do tempo, construção de equipamentos públicos de qualidade, destinados a atender visitantes de diferentes perfis e interesses.

Tendo então a versão do Programa Polis implantada em Viana do Castelo como pano de fundo, interessa a esta discussão compreender como Álvaro Siza responde à encomenda para a nova sede da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo (BMVC), e como as modificações territoriais e paisagísticas trazidas pelas intervenções na cidade, mesmo que anteriores à obra propriamente dita, ressoam ainda hoje em seu projeto final. Para tanto, mais que uma reflexão centrada na articulação da BMVC com aspectos sociais, econômicos ou políticos gerados pelo Polis, importa tecer uma reflexão guiada pelas realidades físicas e espaciais, isto é, pela interface edificação-entorno a partir da qual as decisões de projeto são mapeadas e analisadas. Com base nessas premissas, a investigação se vale do método idiográfico de Baxandall (2006), passando por um levantamento bibliográfico sobre o percurso projetual de Siza em um panorama mais abrangente, mas também sobre o edifício da biblioteca como referência focal real. Completam a rotina de análise, as percepções espacial e situacional locais obtidas por um dos autores quando em visita a essa mesma obra, em 2019.

A PRAÇA DA LIBERDADE, DE FERNANDO TÁVORA

Dentre os três “Planos de Pormenor” concebidos para concretizar as diretrizes previstas pelo “Programa Polis” da cidade, é aquele que envolve a zona das margens da ribeira que guarda os elementos essenciais e diretamente entrelaçados à obra em questão. Portanto, é o “Plano de Pormenor da Frente

Ribeirinha e Campo da Senhora Agonia” que engloba, dentre outras circunstâncias arquitetônicas e urbanísticas, ampla área ganha junto ao rio Lima: de aterro portuário até os anos 1980 a parque de estacionamentos na década de 1990, até finalmente se transformar na atual Praça da Liberdade: elemento de interesse convergente da cidade e que por isso mesmo assume as vezes de transição e de remate entre o monte de Santa Luzia, o terminal rodoferroviário intermunicipal, o eixo viário da avenida dos Combatentes da Grande Guerra, o centro histórico da cidade e o rio Lima (Figura 1).

FIGURA 1 — Vista panorâmica de parte de Viana do Castelo, da Praça da Liberdade e do rio Lima.

Fonte: Fotografia do autor Alexandre A. Martins (2019).



O interesse por ressituar essa área já vem de longa data, afinal os contornos de sua configuração atual começam a ser esboçados ainda nos inícios dos anos 1990. É nesse momento que, ao integrar equipe de estudos para o rearranjo urbanístico da região ocidental do município, Fernando Távora (1923-2005) vislumbra o potencial da frente de água enquanto articuladora e integradora dos espaços ao redor. É para esse interstício territorial, à época de uso problemático e aquém de suas reais potencialidades urbanísticas, sociais e imobiliárias, que o arquiteto prevê futuros serviços e equipamentos públicos, espaços de lazer e de entretenimento. Trata-se de uma operação que conjuga várias facetas e que mobiliza diversas áreas do conhecimento e de atuação ao longo de um processo evolutivo de melhoramento e de distinção da imagem da cidade.

Para Pinto *et al.* (2020), situações como essa impelem a arquitetura a assumir um papel de destaque, isto é, a atuar como agente diferenciadora cujos esforços orbitam projetos icônicos como o de Távora. Focados na ressignificação das cidades, valem-se de iniciativas pontuais para fazer ecoar ações factíveis de intervenção e de valorização espacial. No caso de Viana do Castelo (e até do Programa Polis como um todo), a oportunidade de finalmente colocar em prática a transformação urbana vem a reboque da experiência pioneira de Lisboa para a organização da EXPO'98, cujo funcionamento não só se apro-

xima do de um laboratório “[...] para novas formas de produção urbana, como introduz novas tipologias de espaços e standards de qualidade, dando protagonismo e motivando vários atores urbanos para a requalificação das frentes de rio” (PINTO *et al.*, 2020, p. 4).

É do amadurecimento da ideia inicial de Fernando Távora – agora atualizada pelas demandas do Polis vianense –, que surge a Praça da Liberdade propriamente dita e, nela inseridos, dois blocos prismáticos de baixo gabarito destinados aos departamentos administrativos da Câmara Municipal, da Direção Geral dos Impostos, do Tribunal do Trabalho e do Centro de Emprego e Formação Profissional (além de usos comerciais diversos de atendimento ao público, ao nível térreo). A implantação paralela de ambos os volumes delimita entre eles ampla área seca aberta ao encontro, à permanência, à organização de eventos ao ar livre e à guarda de uma obra referencial local: o “Monumento ao 25 de Abril” do escultor José Rodrigues (1936-2016). Para Figueira (2005), nesse hiato espacial de cruzamento transversal, existe ainda hoje um sotaque moderno definindo o lugar, quer pela ampla clareira central, quer pelos contornos perimetrais desenhados pelos diferentes tipos de piso adotados.

A disposição desse par de edifícios-irmãos é tomada por Távora como um prolongamento da avenida dos Combatentes da Grande Guerra e de suas adjacências, contribuindo para que a área pública geral seja entendida como protagonista da intervenção: ruas e calçadas alargadas, áreas verdes ajardinadas, passeios públicos redefinidos, mobiliários urbanos redesenhados, áreas de permanência e de convívio junto à margem do rio, reformuladas. E até mesmo a presença do antigo navio Gil Eanes, como tributo ao passado marítimo da cidade e como ponto turístico que estimula a visita, atua como personagem inusitado a promover e a testemunhar o fortalecimento dos laços da população com o mar e com a sua própria história.

Com o tempo, além de ambas as edificações administrativas, esse espaço público de frente ribeirinha recebe o aparelhamento de dois outros equipamentos institucionais de uso coletivo. À leste, encontra-se desde 2013 o Centro Cultural de Viana do Castelo (ou Coliseu Multiusos) projetado por Eduardo Souto de Moura (*Figura 2*). Distribuídos pelos seus três níveis, estão os componentes necessários às práticas das diferentes atividades culturais, esportivas, educacionais e de lazer promovidas pelo seu próprio programa de necessidades. Em uma alusão (ou em uma singela homenagem) ao mesmo navio Gil Eanes que lhe é vizinho na Foz do Lima, a finalização externa desse edifício recebe elementos acabados em alumínio e deixa vez ou outra expostas tubulações, estruturas e chaminés de ventilação interna – além de outros componentes que ajudam a lhe transferir um ar industrial e/ou em construção eternamente inacabada.

FIGURA 2 — Centro Cultural de Viana do Castelo (ou Coliseu Multiusos), de Eduardo Souto de Moura.

Fonte: Alexandre A. Martins (2019).



A BIBLIOTECA MUNICIPAL, DE ÁLVARO SIZA VIEIRA

Entre a entrega à cidade da Praça da Liberdade — já com seus dois edifícios-irmãos de Fernando Távora prontos —, e a inauguração do pavilhão polivalente de Eduardo Souto de Moura, a borda do rio Lima recebe mais uma obra de porte semelhante: a abertura, em 2008, da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo (BMVC), de Álvaro Siza Vieira (*Figura 3*).

FIGURA 3 — Vista parcial frontal da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, de Álvaro Siza.

Fonte: Alexandre A. Martins (2019)

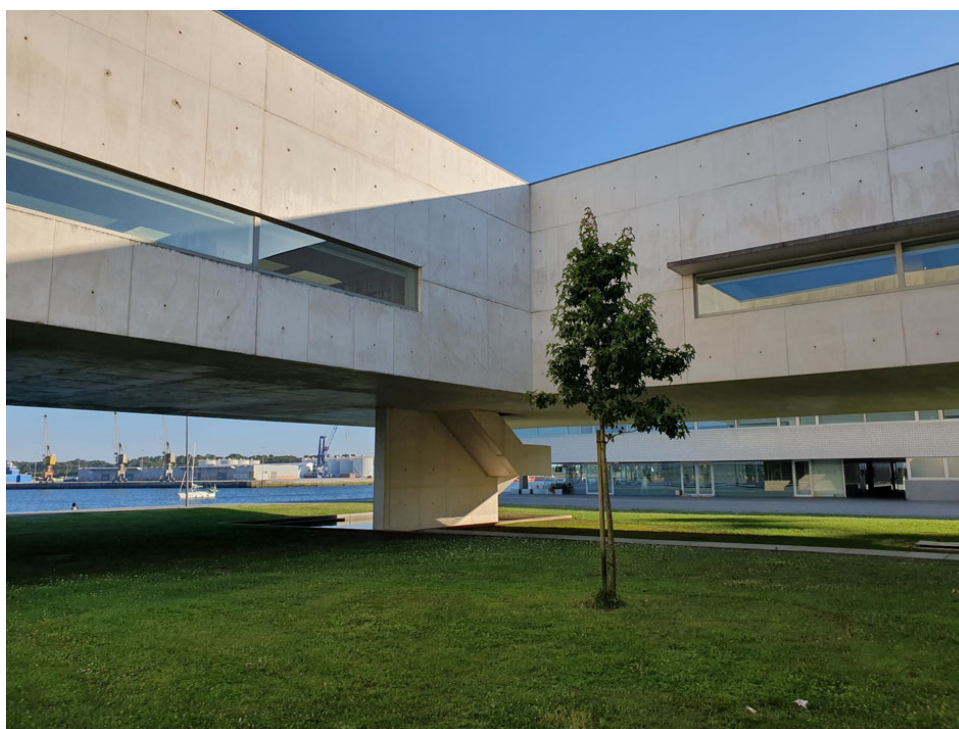


Para Higino (2009), construir em um território de (ou em) transição significa intervir entre duas fronteiras, permanentemente administrando pressões provocadas por diferentes realidades: natureza e cidade. A resposta de Álvaro Siza para tal circunstância emerge da releitura de uma insistência clássica: um volume

perfurado por um pátio. Aqui, o arquiteto subverte essa vontade ao desenhar um elemento que quase paira no ar, deixando às pessoas o contato com o vazio ao nível da rua e com a abertura logo acima de suas cabeças (Figura 4). Essa é a chave a partir da qual Siza sutilmente viola as delimitações espaciais entre cidade e rio, mas também pela qual oferece às realidades locais urbana e ribeirinha um suporte tangível de incentivo à mescla, à continuidade e ao debate.

FIGURA 4 — Átrio central elevado, vão livre ao nível do chão e blocos suspensos reservados ao acervo da biblioteca. Ao fundo, o rio Lima e um dos edifícios desenhados por Fernando Távora.

Fonte: Alexandre A. Martins (2019).



Foi preciso esperar pela encomenda de Viana do Castelo para “Siza elevar uma obra do solo. Tipicamente, trata-se de um edifício com um átrio central, como se uma estrutura conventual pudesse levitar” (FIGUEIRA, 2008, p. 30). Todavia, o pátio elevado que se forma pela eterna tensão de um vazio que se força enclausurado não pode ser visitado fisicamente. É, portanto, uma apropriação espacial, de sugestão e de exercício mental deliberadamente provocado por Álvaro Siza. Mais imaginada que real, essa possibilidade experimental permite uma exploração visual feita apenas à distância. Nela, há uma estratégia fundamental ao conceito do projeto: pelas diferentes aberturas é possível atravessar com o olhar todo esse vão, virtualmente trazendo para perto de si alguém ou alguma coisa ao longe. É como se não existissem as fronteiras físicas do perímetro do pátio, pois a permeabilidade visual estimula uma unidade física e espacial do projeto. Pelas *fenêtres en longueur* de inspiração corbusiana, Siza enquadra as perspectivas avistadas pelo visitante, deixando à disposição dele a contemplação de quatro realidades distintas: o próprio átrio central e a circulação de pessoas logo abaixo (ou por debaixo) dos maciços suspensos; a presença bucólica do rio Lima; a malha parcialmente organizada do centro histórico vianense; e os demais ambientes internos da própria biblioteca.

Ao descolar o edifício do solo, Siza brinca com a organização de um programa de necessidades que se molda ao redor de um átrio externo. Essa é uma modificação profunda em uma prática já estabelecida e enraizada em um passado distante, mas que avança ainda com fôlego até os dias de hoje. Ao corromper a relação edificação-pátio-solo, o arquiteto prioriza a circulação desimpedida ao nível do chão, o contato do indivíduo com o território vianense e a integração entre construção e natureza, pois é praticamente toda uma área intencionalmente deixada à mostra e dedicada à permeabilidade, seja ela visual, seja física.

Mas não só. Sob os maciços suspensos da BMVC, Siza oferece, a favor das pessoas, uma praça dentro de uma praça: um refúgio temporário às intempéries, um lugar de descanso, de passagem, de permanência ou de contemplação. Não há regras, orientações ou necessidades. É um espaço por si só a ser ocupado (ou não) de acordo com as vontades das pessoas que com ele tenham contato, produzindo então situações, encontros, possibilidades, continuidades.

É quase como se Siza deslocasse para seu projeto uma reinterpretação livre da ampla praça delimitada pelos prédios paralelos de Fernando Távora, localizada a poucos passos de distância, e a ela lançasse novo olhar, preservando seu uso cívico, mas agora conformada sob referências naturais e artificiais que lhe imprimem nova identidade em relação à paisagem ao redor, tão significativa quanto a outra, mas de distintas feições e possibilidades (Figura 5).

FIGURA 5 — Pelo vão livre, transposição física e visual do sítio de implantação.

Fonte: Alexandre A. Martins (2019).



O volume quadrangular parcialmente mantido no ar, mesmo que pontualmente sustentado por pilares em aço revestidos por espessas camadas de concreto branco, não impede que a visão de uma pessoa se faça em camadas, que dele chegue até o rio Lima e que deste se estenda ainda para além, con-

seguindo descobrir até os cenários naturais que se descortinam ao longe, nas margens opostas do mesmo curso d'água. Algo semelhante acontece a partir do interior, quando o olhar do visitante se desvia dos ambientes internos e registra tomadas panorâmicas das paisagens natural ou urbana, possíveis apenas pela adoção das janelas em fita emprestadas de Le Corbusier, distribuídas pontualmente pelos espaços como que a despertar o contato com o meio, o tempo e o outro. Nesse *continuum* de diferentes experiências escalonadas,

[...] a síntese arquitetônica de primeiro plano, de meio termo e de visão distante – juntamente com todas as qualidades subjetivas de materiais e de luzes, formam a base de uma 'percepção completa'. A expressão da 'ideia' originária é uma fusão do subjetivo e do objetivo. Ou seja, a lógica conceitual que guia o projeto arquitetônico tem um vínculo intersubjetivo com a questão de sua percepção última (HOLL *et al.*, 2008, p. 45, tradução nossa).

Em uma propositada incoerência contextual pensada pelo arquiteto, a falsa leveza atribuída aos volumes suspensos justifica-se pela vocação de Álvaro Siza em controlar virtualmente a gravidade e o peso da matéria. É o que faz também nas proximidades da face oeste da BMVC, onde contorna e ancora em um dos pilotis uma escada de emergência. Ao utilizá-la, o visitante é levado diretamente ao espelho d'água junto ao átrio externo ao nível térreo, já ao lado do rio Lima. Ao deixar essa escada de concreto suspensa sobre a linha d'água e por pouco sem tocá-la, o arquiteto furta dela seu peso real, tornando-a elemento emblemático pela eterna dúvida entre o que é e aquilo que parece ser (*Figura 6*). Nesse sentido, a leveza e a delicadeza visuais oferecidas pela Biblioteca Municipal de Viana do Castelo mostram que o gesto de Siza vela

FIGURA 6 — A escada de emergência, em concreto armado, paira sobre o espelho d'água.

Fonte: Alexandre A. Martins (2019).



e revela, ao mesmo tempo, o efeito do próprio peso, como “[...] o salto ágil e imprevisível do poeta-filósofo que sobreleva o peso do mundo, demonstrando que sua gravidade detém o segredo da leveza” (CALVINO, 2002, p. 24).

No projeto da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Álvaro Siza traz à luz, uma vez mais, uma contribuição muito precisa como resposta a um problema muito local que se integra a uma intervenção urbana muito maior. O caráter naturalmente público injetado à região – também pelo respeito à concepção urbana inicial de Távora para a Praça da Liberdade –, deixa nítida ser essa uma qualidade inerentemente ligada à sua própria condição de existência. Por isso, a BMVC foca o interesse público e a apropriação coletiva de suas áreas livres, as quais, ao fim e ao cabo, são também entendidas como fruto da combinação entre diferentes atores: tecido urbano (centro histórico e cidade contemporânea) e envolventes (natureza, serra, rio, cidade).

A contribuição do projeto para reconduzir o rio Lima à dinâmica cotidiana de Viana do Castelo é percebida pela priorização da paisagem, pelo respeito à frente d’água, pela valorização do espaço público. Trata-se então, a BMVC, de um projeto concebido em sintonia com as circunstâncias que rodeiam a área de implantação e que se molda àquilo que seu sítio oferece e permite. Ou seja, é possível assumir que, para Álvaro Siza, esse projeto seja a concretização de uma busca por possibilidades projetuais que melhor se enquadrem não só às demandas programáticas solicitadas, mas também às configurações físicas, espaciais e situacionais desejadas.

Entretanto, essa não é tarefa simples, uma vez que à arquitetura não se aplica um processo conceitual linear e sequenciado a partir do qual das informações disponíveis se chega direta e rapidamente ao resultado desejado. Como explica Crespo (2019), a realidade por vezes é paradoxal, ilógica, confusa ou irracional, sendo essas as condições primárias sobre as quais o arquiteto dá seus primeiros passos no enfrentamento de cada nova encomenda.

Ainda no entender do mesmo autor, ao contrário do que possa parecer, é preciso ter cautela ao tentar associar o trabalho de Álvaro Siza a uma prática limitada e/ou exclusivamente condicionada e orientada à resolução dos problemas práticos e cotidianos da vida do homem. Ou mesmo que ela deva ser mantida em um eterno estado de preservação, em uma espécie de exílio da contingência mundana diária, para que ali se estabeleça sem influências externas negativas. Pelo contrário. A arquitetura é sujeita a um campo de negociações constantes, no qual ideia e arte, projeto e construção, material e percepção, pensamento e realidade, paisagem e edifício, complementam-se e validam-se simultaneamente e mutuamente.

Segundo Crespo (2019), Álvaro Siza atua com um tipo de poética que depende não apenas da invenção ou da imaginação, mas da atenção ao mundo, de suas inquietações existenciais e de suas (ir)regularidades intrínsecas. Siza não invalida, ignora ou reduz o componente criativo da concepção arquitetônica – como se detivesse uma postura projetual mais passiva-receptiva que ativa-

-reativa às circunstâncias preexistentes. Aquilo que Álvaro Siza busca é, enfim, refletir sobre como podem ser, pelo viés arquitetônico, obras que se colocam como extensões conjunturais (geográficas, topográficas ou paisagísticas, por exemplo) das realidades nas quais se inserem e nas quais se desenvolvem.

Entende-se que parece interessar a Álvaro Siza mais a transformação que a busca por algo de fato novo; a (re)interpretação de situações locais comuns que o desejo pela invenção. Por meio de uma paráfrase baseada em Pimentel (2008), especula-se até que se existe um espanto arquitetônico em Álvaro Siza, esse espanto não é perante o existir alguma coisa em vez do nada, mas ante as coisas serem de um modo e não de outro. Ou seja, o que move Álvaro Siza não é que as coisas sejam, mas que sejam de uma e não de outra maneira. Guia o seu gesto projetual, assim sendo, a oportunidade de continuamente transformar realidades mantendo nelas (e para elas) relações harmoniosas e respeitadas com o passado. Ao compreender essa como uma verdade projetual que lhe é característica, chega-se a uma das constantes mais potentes de seu fazer arquitetônico, e que o impulsiona a cada novo trabalho concebido². Talvez então Ana Tostões esteja correta ao afirmar que Álvaro Siza traz em si uma disponibilidade nata para “[...] ver os sinais do mundo ao seu redor, para dar sentido ao real, para criar a partir da interpretação daquilo que já existe. Para, por fim, ‘imaginar a evidência’” (TOSTÕES, 2008, p. 6; tradução nossa).

A ÁGUA COMO REFERENCIAL DE PROJETO

Como no caso da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, a relação de Álvaro Siza com a natureza – e com água em particular – torna-se quase corriqueira, pois até hoje foram já diversos os edifícios seus erguidos às bordas de rios, lagos ou mares. No entender de Cohen (2016), é como se Siza se valesse de certo tropismo a partir do qual sua lógica projetual tende a se aproximar do conceito japonês de *shakkei*. Com ele (ou a partir dele), a relação entre edifício e paisagem faz entrar ativamente em cena pontos de referência externos e/ou internos ao sítio de implantação, sejam eles naturais, sejam artificiais, para ajudar a compor situações interrelacionadas, isto é, o edifício como determinante do espaço ao redor, e esse mesmo espaço como determinador das características do edifício.

Segundo Itoh (1983) e Kuitert (2015), o conceito (ou a técnica) do *shakkei* é mais comumente associado à apropriação de características e/ou de elementos externos (topográficos, arquitetônicos ou paisagísticos, por exemplo), os quais normalmente estão além dos limites do sítio em que se intervém, mas cuja influência determina sua própria configuração. Portanto, esses elementos além-fronteiras podem ser incorporados ou referenciados visual e/ou morfológicamente por intermédio de um trabalho metódico de enquadramento espacial especializado que visa intensificar as qualidades do conjunto e não apenas da paisagem circundante ou da obra que se projeta, se tomadas individualmente. Com isso, surgem elos entre uns e outros elementos a partir dos

quais essas mesmas relações podem ser forjadas, reforçadas ou minimizadas em função do desejo do arquiteto. Trata-se de uma relação de complementaridade mútua direta, na qual obra e cenário compartilham composição, unidade, conjunto, significado.

Na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, se for considerada apenas a primeira e mais evidente decisão de Siza: apoiar uma das partes do bloco elevado em dois pilares de canto, privilegia-se a permeabilidade territorial e visual. É uma atitude não só respeitosa perante a população (que pode alcançar livremente o rio a partir da malha urbana), como também de incentivo ao uso quase irrestrito do solo público, tão caro à cidade contemporânea. Como consequência, o vão livre sob os trechos suspensos passa a fornecer um enquadramento da paisagem natural, como uma tela estática que acompanha passivamente o fluxo prolongado da correnteza de um rio que lhe é tão próximo quanto tão integrado e integrador (*Figura 7*). Atribui-se com isso nova dimensão à BMVC, pois acrescenta-se a ela a percepção temporal de um curso d'água de movimento infinito. Em cada instante, a arquitetura fixa, assim, “[...] o movimento que transporta e transforma, sem interrupção” (SIZA, 2018, p. 22).

FIGURA 7 — A forma edificada enquadra a paisagem, atribuindo-lhe novo valor local e novas perspectivas.

Fonte: Alexandre A. Martins (2019).



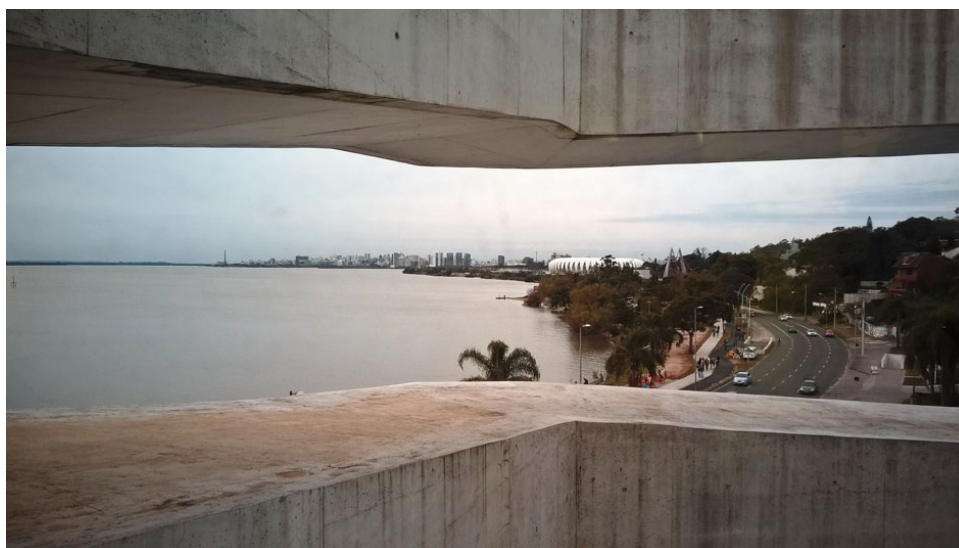
Em diversos momentos de sua trajetória profissional, Álvaro Siza atende a demandas de projeto que têm como referencial paisagístico a água. Nesses casos, Siza se vale dessa circunstância como inspiração projetual e como elemento composicional a partir do qual obra e entorno se relacionam, seja pela forma final edificada, seja pelas aberturas posicionadas de maneira a estabelecer contatos pontuais e precisos com o entorno.

É o que ocorre no primeiro e até o momento único edifício seu erguido no Brasil: a nova sede da Fundação Iberê Camargo. Inaugurada em 2008 em Porto Alegre, encontra-se implantada junto a uma encosta e permanece separada do lago Guaíba pela avenida expressa Padre Cacique. Por se tratar de antiga pedreira desativada, o local de intervenção conta não só com acentuada inclinação de densa massa arbórea refeita, mas também com pequeno trecho de topografia plana no qual está assentada a edificação. A demanda traz como desafio ao arquiteto o equacionamento de um programa de necessidades extenso implantado em uma condição de terreno fisicamente limitada, algo que o induz ao desenho de um partido predominantemente verticalizado (subsolo + piso térreo + 3 pavimentos + cobertura).

O bloco principal é marcado por uma extensa parede sinuosa e por um combinado de três diferentes rampas tubulares moldadas em concreto armado, de contornos e de inclinações distintos, sucessivamente sobrepostas entre si. A partir delas, configura-se junto ao chão um primeiro espaço de recepção aos visitantes, ainda do lado de fora, e que indica que a “[...] arquitetura começa no espaço exterior, na paisagem” (MARGOTTO, 2016, p. 208). A solidez monolítica do volume construído é vez ou outra quebrada pelos raros momentos em que o edifício é rompido por breves e controladas aberturas ao entorno. Com elas, aquilo que se apresenta ao olhar do visitante decorre de uma sucessão de vistas pontuais em variadas e complementares direções, as quais reforçam os indícios da inserção do edifício na paisagem e de sua relação direta e frontal com o lago Guaíba e com a cidade de Porto Alegre, ao fundo (Figura 8).

FIGURA 8 — A paisagem de Porto Alegre, a partir de uma das aberturas dispostas na fachada da nova sede da Fundação Iberê Camargo.

Fonte: Alexandre A. Martins (2016)



Se pela manipulação parcial do terreno Siza consegue encaixar com destreza o programa de Porto Alegre, no caso da Igreja em *Saint-Jacques-de-la-Lande*, concluída em 2018 em Rennes (França), o fato de o terreno de projeto ser praticamente plano exige que o arquiteto chegue a uma integração espacial por intermédio de outros recursos. Aqui, Siza elabora um monovolume ceri-

monial discreto e contido, erguido em um bairro residencial ao sul da cidade e predominantemente composto por blocos habitacionais ortogonais de baixo gabarito. A área pública defronte à Igreja congrega práticas sociais locais e colabora para a manutenção da relação das pessoas com o tímido curso d'água que corre junto a ela, hoje parcialmente camuflado entre densa vegetação (Figura 9). Para não destoar das edificações mais antigas, a Igreja em Saint-Jacques-de-la-Lande é construída em concreto branco. Seu desenho parte do arranjo combinado entre diferentes volumes e artifícios – blocos, cilindros, cortes e incisões –, os quais compõem a geometria facetada geral, distinguindo-a (sem exageros), dos blocos prismáticos residenciais adjacentes.

FIGURA 9 — A Igreja em Saint-Jacques-de-la-Lande ergue-se ao lado de um discreto curso d'água.

Fonte: Alexandre A. Martins (2019).



ESTRUTURA OCULTA, PAISAGEM REVELADA

Com a Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Álvaro Siza assume dois compromissos complementares com o sítio de implantação. Se de um lado almeja estabelecer ligações lógicas, morais e afetivas com os meios natural e urbano imediatamente circundantes, de outro, toma as variáveis “plástica” e “forma” como recursos básicos para imprimir ao edifício uma noção de pertencimento, ou seja, de caráter integrativo e condizente a uma ampla intervenção urbana (na qual também atuam como essência ativa de equivalência similar outros projetos arquitetônicos e urbanísticos feitos por outros autores).

Ao privilegiar a paisagem e o território, mantendo parte do volume edificado sustentado no alto, Siza escolhe um caminho que, a princípio, pode parecer contraditório: o recobrimento da estrutura metálica principal do trecho suspenso com camadas de concreto branco. Tendo em vista serem essas mesmas camadas que unem o edifício aos eventos ao redor, a renúncia às

potencialidades estéticas ganhas por um eventual esqueleto estrutural metálico aparente passa a ser encarada como uma decisão projetual *sine qua non*. “[...] o que tem que ser considerado é o total, e portanto, com os pressupostos que havia não podia ser uma estrutura em ferro. Isso seria outro edifício e não era o que eu considerava bem” (SIZA, 2013, p. 134).

A relação entre arquitetura aparente e estrutura encoberta trazida à pauta pela BMVC exemplifica, na prática, um conceito teórico derivado da noção de tectônica. “Atetônica”, segundo Sekler (2018), engloba situações estruturais propositadamente escamoteadas, isto é, que não deixam claras as interfaces entre carga e suporte e suas respectivas naturezas construtivas. “Atetônica”, assim sendo, age como um contraponto à própria ideia de tectônica, autêntica e explícita relação entre arte, técnica e construção. Expressas em variadas intensidades, as intenções atetônicas são função da vontade do arquiteto-projetista e podem ser incorporadas a qualquer elemento construído (desde que a influência recíproca entre carga e suporte seja visualmente negligenciada, obscurecida ou exageradamente potencializada, dependendo daquilo que se deseja mostrar).

Uma arquitetura que traz em si algum elemento vinculado ao conceito de atetônica depende não só da inventividade do arquiteto, mas também das contribuições física e matemática da engenharia de construções. Isso porque, mesmo não sendo visíveis os comportamentos estruturais aos quais o edifício permanece sujeito, as cargas continuam acontecendo e a necessidade de conduzi-las às fundações pelos caminhos mais curtos também. Logo, a atetônica exige alto nível de habilidade projetual, uma vez que o grau de mascaramento adotado pode comprometer a percepção geral que se tem de determinado edifício.

Na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, o apagamento propositado das treliças metálicas de sustentação do pavimento suspenso não se sobrepõe à contribuição da engenharia à obra em questão. Pelo contrário. Ao perseguir a valorização estética, a engenharia enaltece aqui outro tipo de expressão formal a ela inerente: a técnica. E é na técnica que residem as bases do conhecimento pleno dos sistemas estruturais em suas mais variadas ramificações: dos elementos mais evidentes (lajes, vigas e pilares, materialidades e revestimentos) aos mais discretos (detalhes, junções, infraestruturas e tratamentos internos).

Assim, BMVC mostra-se como mais uma oportunidade de a obra de Álvaro Siza “[...] continuar a ser vista como uma arquitetura de mediação, de balanço, de relação com o contexto e com a história” (FIGUEIRA, 2008, p. 30), algo que ajuda a justificar também que seus temas e técnicas continuam a se alastrar mundo afora, preservando as mesmas qualidade e consciência de seus projetos inaugurais, mesmo que se coloquem a serviço de situações físicas, culturais e temporais distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorre deste breve texto que talvez fosse inoportuna uma investigação sobre a obra construída de Álvaro Siza fundamentada na justaposição de componentes programáticos ou projetuais pontuais. Ou seja, uma pesquisa preocupada em estabelecer relações entre a BMVC e outros projetos de programas equivalentes concebidos por esse mesmo arquiteto: terrenos distintos reservados a diferentes públicos teriam dado origem a arquiteturas das mais variadas. Em uma analogia com um tabuleiro de xadrez – cujas peças são sempre as mesmas e também sempre participantes de uma única matriz preestabelecida – novas jogadas são provocadas a cada novo arranjo combinatório de seus componentes.

Justifica-se então o propósito de extrair do edifício da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo (BMVC), e de sua relação direta com o entorno imediato no qual está já desde 2008 implantado, as razões de sua própria apreciação: a intervenção na Praça da Liberdade em um cenário mais amplo, mas igualmente a especificidade do objeto arquitetônico propriamente dito; os motivos da encomenda; a concepção projetual; a conjugação entre espaços e paisagens ao redor; as escolhas formais e compositivas; as soluções técnicas, estruturais e construtivas.

A Biblioteca Municipal de Viana do Castelo coloca-se então como uma arquitetura que se fundamenta em seus próprios princípios e que, de uma maneira peculiar, transforma suas próprias limitações em oportunidades para que um espaço torne-se um lugar a ser habitado. Uma arquitetura que contribui para instituir e restituir territórios, paisagens, cidades, vidas.

Por intermédio desse projeto, nota-se que a disciplina da arquitetura é um tema mais complexo que a simples construção, pois cultiva relações coerentes e permanentes com as envolventes nas quais se insere. Álvaro Siza se vale desse fato para atender algumas das várias e diferentes questões atreladas ao sítio de implantação. Não se trata apenas de mais uma intervenção no espaço físico por si só, mas da concepção e da qualificação de um habitat como uma realidade capaz de modelar paisagens, estruturas sociais, geográficas, culturais e humanas que, conjugadas, contribuem também para a construção da vida de cada um.

NOTAS DE FIM

1. Artigo elaborado a partir da tese de A. A. MARTINS, intitulada “Álvaro Siza: caligrafia concreta”. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2020.
2. Outro mote instigante, não explorado nesta pesquisa, é o de verificar se tais preocupações de Álvaro Siza sempre estão de fato claras em seus diferentes projetos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, P. *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais: análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. Prova final de licenciatura em arquitetura. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/7396>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BAXANDALL, M. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CALVINO, I. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO. *Plano de Pormenor da "Frente Ribeirinha" e "Campo da Senhora Agonia"*. 2020. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/planos-de-pormenor>. Acesso em: 11 mar. 2020.

COHEN, J-L. *Una arquitectura sin mayúsculas*. In: Álvaro Siza (1995-2016). AV. Monographs 186-187, 2016.

CORREIA, F. N. et al. *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades*. Lisboa: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2000.

CRESCO, N. Building in the Sahara. In: SOUTO, M. H.; PAIS, A. N. (org.). *Siza Vieira and the designing of objects*. Casal de Cabras: Caleidoscópio, 2019. p. 53-54.

FIGUEIRA, J. Um "tríptico" para Viana. *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, v.1, n. 22, p. 22-27., 2005.

FIGUEIRA, J. Álvaro Siza: modern redux. Ser Exacto, Ser Feliz. In: FIGUEIRA, J. (org.). *Álvaro Siza: modern redux*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 25-31.

HIGINO, N. Between the river and the city. In: CASTANHEIRA, C. *Álvaro Siza: the function of beauty*. Nova York: Phaidon, 2009. p. 143.

HOLL, S. et al. *Questions of perception: phenomenology of architecture*. San Francisco: William Stout Publishers, 2008.

ITOH, T. *Space and illusion in the Japanese garden*. New York: Weatherhill, 1983.

KUITERT, W. Borrowing scenery and the landscape that lends: the final chapter of Yuanye. *Journal of Landscape Architecture*, v. 10, n. 2, p. 32-43, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279245717_Borrowing_scenery_and_the_landscape_that_lends_-_The_final_chapter_of_Yuanye. Acesso em: 20 mar. 2020.

MARGOTTO, L. *Lições da arquitetura: leituras a partir de poéticas*. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-01092016-171845/pt-br.php>. Acesso em: 02.set.2019.

PESTANA, C.; PINTO-LEITE, J.; MARQUES, N. *O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana*. UniPiaget. In: I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde – II Congresso Lusófono de Ciência Regional. XV Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, III Congresso de Gestão e Conservação da Natureza. 2009. Cidade da Praia. Atas [...]. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%202017/292A.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

PIMENTEL, B. A. F. *Paul Valéry: estudos filosóficos*. 2008. 187f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-19012009-162232/pt-br.php>. Acesso em: 16 set. 2019.

PINTO, P. T. et al. Transformações e lugares em espera: as frentes de água da área metropolitana de Lisboa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO, 12., 2020, São Paulo. *Anais* [...]. Lisboa: Universidade Politécnica da Catalunha, 2020.

QUEIRÓS, M.; VALE, M. *Ambiente urbano e intervenção pública: o Programa Polis*. Universidade de Lisboa. In: Colóquio Ibérico de Geografia: "A Geografia Ibérica no Contexto Europeu", 10., 2005, Évora. Atas [...]. Évora: Universidade de Lisboa, 2005. Disponível em: http://apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/047.pdf. Acesso em: 13 out. 2022

SEKLER, E. F. Structure, construction, tectonics. (1965) *In*: FOGGED, I. W.; HVEJSEL, M. F. (org.). *Reader: Tectonics in Architecture*. Dinamarca: Alborg University Press, 2018. p. 71-82.


SIZA, A. *Entrevista ao arquitecto Álvaro Siza Vieira*. [Entrevista cedida a] João de Freitas Castelões. (2013) *In*: Papel da estrutura na metodologia projetual: Biblioteca de Tama Art University, arquiteto Toyo Ito e Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, arquiteto Siza Vieira. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013. Disponível em: https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=23616. Acesso em: 16 mar. 2020.

SIZA, A. O tempo desenha a arquitectura. *In*: MORAIS, C. C. (org.). *02Textos: Álvaro Siza*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2018.


TORRES, M.; SILVA, S.; SILVA, M. C. Requalificação urbana: os cidadãos perante os poderes económico e político no Polis de Viana do Castelo. *In*: Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, 5., 12 a 15 de maio de 2004, Braga. Atas [...]. Braga, Universidade do Minho, 2004. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR461181599c423_1.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

TOSTÕES, A. La permanente experimentación en Álvaro Siza: del estímulo estructural a los modos de construir, del compromiso con el lugar al sentido primordial de las cosas. *Revista En Blanco*, v. 1, n. 1, p. 6-11, 2008. Disponível em: <https://polipapers.upv.es/index.php/enblanco/article/view/7284>. Acesso em: 31 jul.2019.

ALEXANDRE AUGUSTO MARTINS

 0000-0003-3021-1995 | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Grupo de Pesquisa: Arquitetura e Construção. | São Paulo, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: A. A. MARTINS | E-mail: martins-aa@uol.com.br

MARIA AUGUSTA JUSTI PISANI

 0000-0002-0467-2854 | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Grupo de Pesquisa: Arquitetura e Construção | São Paulo, SP, Brasil.

COLABORADORES

MARTINS, A. A. Levantamento e análise de informações, pesquisa de campo, redação, organização geral do conteúdo. PISANI, M. A. J. revisão das referências conceituais e metodológicas, correção global, aprovação final do conteúdo.

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

MARTINS, A. A.; PISANI, M. A. J. Biblioteca municipal de Viana do Castelo: uma arquitetura moldada na transição entre natureza e cidade. *Oculum Ensaios*, v. 20, e235244, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5244>.

RECEBIDO EM
25/1/2021

APROVADO EM
25/1/2023

EDITOR RESPONSÁVEL
Jonathas Magalhães e
Renata Baesso